


## Percepções (Auto)Formativas de Docentes na Educação em Prisões: caminhos para uma educação libertadora

*(Self)formative perceptions of teachers in prison education: pathways for a freeing education*

 **Amanda Oliveira de Almeida**  
Universidade Federal do Pará  
[amandaalmeida1@hotmail.com](mailto:amandaalmeida1@hotmail.com)

 **Orlando Nobre Bezerra de Souza**  
Universidade Federal do Pará  
[orlandonbsouza@gmail.com](mailto:orlandonbsouza@gmail.com)

**Resumo:** Esta Pesquisa busca analisar percepções (auto)formativas de professores da Educação para Pessoas em Situação de Restrição/Privação de Liberdade. A metodologia adotada através de uma abordagem qualitativa teve como objetivo compreender as repercussões das experiências vividas por cinco professores sobre o seu desenvolvimento profissional/pessoal, com dados coletados por meio de entrevistas semiestruturadas. A análise revelou aspectos relacionados as concepções de educação como um processo de formação e transformação; a importância de uma perspectiva ética para ensinar em ambientes de encarceramento; e a confiança no ser humano, como valores resultantes da relação educadores(as)-educandos(as). No que se refere às práticas pedagógicas, os(as) entrevistados(as) destacaram que apesar da carência de formação específica, se esforçam para implementar ações que potencializem a educação nos estabelecimentos penais como um instrumento capaz de propiciar aos que nela atuam e estão envolvidos, constantes reflexões sobre o ato em si, que mobilizam dimensões fundamentais da vida e da atuação profissional.

**Palavras-chave:** Educação em Prisões. Formação. Profissão e Vida.

**Abstract:** Seeks to analyze the (self)formative perceptions of teachers of the Education for People in Situation of Restriction/Deprivation of Liberty. The methodology adopted by means of a qualitative approach aims to understand the repercussions of the experiences lived by five teachers on their professional/personal development, with data collected in semi-structured interviews. The analysis reveals aspects related to the conceptions of education as a process of formation and transformation; the importance of an ethical perspective for teaching in prison environments; and trust in the human being, as values resulting from the relationship educators-students. Regarding to pedagogical practices, the interviewees highlight that, despite the lack of specific training, they strive to implement actions that may enhance education in penal establishments as an instrument capable of providing to those involved in it constant reflections on the educational act itself, that mobilize fundamental dimensions of life and professional performance.

**Keywords:** Prison Education. Formation. Profession and life.



## 1 Introdução

Desde o início de sua existência, o ser humano constrói fortalezas para se proteger dos ataques adversários e, ainda hoje, continua a levantar muros em volta de suas casas e cidades para se defender de alguns inimigos, agora contemporâneos, a exemplo: assaltos, sequestros, agressões, assassinatos e diferentes formas de violência. Contudo, por vezes, o medo e o despreparo para lidar com esses inimigos do mundo moderno provocam a construção de “paredes invisíveis” que são erguidas no contexto das relações humanas, as quais podem isolar e e/ou estigmatizar determinados grupos sociais, o que pode provocar a geração de conflitos de cunho étnico-raciais, econômicos, culturais, religiosos, entre outros.

Levando em conta essa realidade, quando os olhares se voltam para as Pessoas que estão em Situação de Privação/Restrição de Liberdade (PSRPL) essa “parede invisível” se torna ainda maior, o que torna a situação de tal segmento de população ainda mais problemática. As PSRPL representam uma parcela da sociedade que são marcadas por um estigma desencadear de uma somatória de penalidades: desde a própria determinação judicial, o forçado isolamento social, a subtração de direitos, como os de ir e vir, além dos inúmeros obstáculos para ter acesso a diversos direitos sociais, dentre esses, o direito à educação. A sociedade civil, em sua maioria, vê o encarceramento apenas como uma estratégia de controle social que separa os delinquentes da sociedade de bem e, dentro dessa lógica punitiva, não compreende a educação como não é um direito humano, e sim como um privilégio.

Diante do contexto violento frequentemente evidenciado nas prisões, o estudo em tela nasceu do desejo de melhor compreender as experiências formativas de professores que atuam em estabelecimentos prisionais, buscando refletir sobre os avanços e desafios que permeiam a oferta da educação nos presídios no Estado do Pará. Assim, é importante esclarecer que o Governo Estadual Paraense tem a responsabilidade da custódia das pessoas que cumprem diferentes regimes de encarceramento, através da Secretaria Especial de Administração Penitenciária, que buscou a oferta de educação formal através da Secretaria de Estado de Educação (SEDUC), com infraestrutura mantida administrativa e financeiramente com o apoio da União, conforme previsto na Lei 7.210/1984 (Lei de Execução Penal -LEP).

O processo de regulamentação da educação nos presídios do Pará se deu através do Primeiro Convênio de Cooperação Técnica nº 603/2006 firmado entre a Secretaria de Educação do Estado (SEDUC) e a Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado (SUSIPE), atualmente transformada em Secretaria de Estado de Administração Penitenciária



(SEAP), cujo objetivo foi a implantação de turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Ensino Fundamental – Alfabetização à 4ª etapa e Ensino Médio. Através do Convênio, os professores da SEDUC são cedidos para a SUSIPE-SEAP com carga horária de 200 horas e a gratificação de 50% que corresponde ao risco de vida garantido pela LEP, os horários das aulas variam entre os turnos da manhã, tarde e noite.

Os desafios que atravessam a oferta e execução de processos educativos nas prisões paraenses não são muito diferentes dos obstáculos enfrentados nos demais estados brasileiros. Para Muñoz (2011) vários aspectos contribuem para tal contexto, como a indiferença da opinião pública, descaso alimentado pelos meios de comunicação que supervalorizam fatos violentos e distorcem, inclusive, ideias sobre o que são e o que fazem os representantes dos Direitos Humanos, o capricho pessoal de administradores e funcionários da prisão; a transferência abrupta do preso que implica em seu processo educativo; a falta de bibliotecas; calendário de aulas deficiente; carência de formação profissional aos professores e a educação discriminatória quando se trata de mulheres e pessoas com dificuldade de aprendizagem.

Do mesmo modo, a valorização dos profissionais é algo que precisa ser equacionado pois somente no ano de 2015 houve a oferta do primeiro Curso de Especialização de Educação de Jovens e Adultos Privados de Liberdade do Estado, aprovado pela Resolução nº 4572 de 23 de Setembro de 2014, por intermédio do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará, com duração de um ano e três meses e carga horária total de 420 horas, foram ofertadas 50 vagas tendo como público alvo os profissionais da educação que atuam nas instituições ligadas a Educação Prisional do Pará, visando à valorização e qualificação da prática pedagógica desses profissionais.

Em 2017 houve a oferta do Curso de Aperfeiçoamento em Educação de Jovens e Adultos Privados de Liberdade, que também nasceu do trabalho conjunto entre UFPA, SEDUC e SUSIPE. Foram ofertadas 60 vagas destinadas aos profissionais que trabalham com EJA no contexto prisional, com duração de seis meses e carga horária total de 180 horas. O produto final do Curso foi a apresentação de um projeto de intervenção pedagógica, no qual os alunos utilizaram como base para a construção da proposta a própria realidade vivenciada em seu ambiente de trabalho.

Nota-se, portanto, que as proposições e ações em relação a formação inicial e continuada não são objeto de preocupação relevante para os profissionais da educação, ligados a SEDUC-PA, e que atuam nos presídios do Estado do Pará. Os delineamentos formais são estabelecidos,

entretanto, não são efetivados, o que é um elemento que rebaixa a valorização de trabalhadoras e trabalhadores da área.

## **2 A Educação e seu caráter emancipador na vida de pessoas nos cárceres**

Nos últimos anos a educação prisional ganhou destaque no sentido de reconhecimento da sua importante contribuição e de seu inquestionável potencial no processo de reintegração da pessoa presa. Alguns autores como Timothy Ireland, Vernor Muñoz, Marc de Maeyer, Elionaldo Julião e Elenice Onofre se dedicam ao estudo sobre a disfuncionalidade da prisão e somam esforços para garantir que a educação para PSRPL se transforme em objeto de discussão social e ganhe cada vez mais espaço na agenda das políticas públicas educativas.

Porém, apesar do acesso à educação por parte dos presos seja amparado e assegurado por normas jurídicas nacionais e internacionais, os obstáculos institucionais, materiais e pessoais são renitentes. Onofre (2016) ao considerar que a busca permanente pela correlação entre legislação penal e execução penal é uma das condições primordiais para que os investimentos em processos educativos nos espaços prisionais se traduzam em resultados satisfatórios. Logo, para que essa articulação ocorra, é necessário que os atores envolvidos nesse contexto tenham consciência sobre a essência transformadora da educação, no sentido de vislumbrar possibilidades e apresentar alternativas de superação da condição atual da pessoa presa.

Sobre essa questão, Julião (2010) afirma que é preciso considerar todos os profissionais que atuam no sistema prisional como socioeducadores e instruí-los para o cumprimento deste papel. O autor ressalta ainda que podemos apontar a educação como uma etapa importante no processo de (re)integração da pessoa presa, considerando que a proposta de educação em prisões converge para duas finalidades que contribuem na diminuição da reincidência: coibir a ociosidade do apenado e dar a oportunidade de, futuramente, exercer alguma atividade profissional que dispõe do mínimo de escolarização como uma das exigências para a contratação.

## **3 Percurso metodológico da pesquisa**

A presente pesquisa se desenvolveu a partir da investigação de experiências docentes no contexto da educação prisional vivenciadas por professores que atuam em presídios no estado do Pará. Para tal, foi realizada uma pesquisa de natureza qualitativa, onde foram selecionados diferentes estudos de autores que discutem sobre o tema abordado para fundamentar teoricamente o processo de análise e produção textual. O processo de investigação envolveu

ainda a análise documental de textos oficiais como leis, decretos e resoluções que abordam os direitos das PSRPL, além da utilização de relatórios dos órgãos federais e estaduais responsáveis pela fiscalização e gestão do sistema penitenciário estadual e nacional.

Flick (2009) explica que existem diferentes métodos qualitativos de investigação da realidade e esses métodos se baseiam principalmente na escrita (notas de campo, transcrições, etc.) no qual as entrevistas em forma de gravações orais e em vídeos, transformam-se em textos para melhor observação do pesquisador. Assim sendo, na presente investigação a coleta de dados se efetivou por meio de pesquisa de campo, no qual foram realizadas entrevistas semiestruturadas previamente marcadas, onde foi utilizado gravador de voz que deu suporte para o registro dos depoimentos, os áudios das entrevistas foram transcritos com o objetivo de ampliar a observação das questões analisadas.

Nessa perspectiva, os sujeitos selecionados são cinco professores com experiência profissional na educação prisional, os quais foram atribuídos os seguintes pseudônimos: Ester, Fábio, João, Laura e Sofia. Abaixo, se apresenta uma breve caracterização dos sujeitos entrevistados:

- **Ester:** Licenciada em Letras- Língua Portuguesa, Mestre em Linguística, atua na Educação Prisional há 09 anos.
- **Fábio:** Licenciado em Educação Física e Ciências Biológicas, Pós-graduado em Fisiologia do Exercício, atua na Educação Prisional há 09 anos.
- **João:** Licenciado em História, Pós-graduado em Gestão Educacional e Docência no Ensino Superior e Básico, atua na Educação Prisional há 04 anos.
- **Laura:** Licenciada em Ciências Naturais com habilitação em Física, atua na Educação Prisional há 15 anos.
- **Sofia:** Licenciada em Física, Pós-graduada em EJA na Prisão, Mestre em Ensino de Ciências e Matemática, atua como na Educação Prisional há 09 anos.

#### 4 Concepções, Princípios e Valores vinculados a trajetórias formativas de professores da educação prisional

As entrevistas com os docentes da Educação Prisional, participantes da pesquisa, podem ser sintetizados em algumas categorias de análise manifestas. A primeira destacada refere-se ao que eles compreendem sobre educação, e mais especificamente sobre suas **concepções sobre a**

**educação prisional**, e para isso mencionaram algumas características específicas sobre ensinar nesse contexto, conforme elucidado nos relatos a seguir:

*A educação dentro das penitenciárias também perpassa por essa questão da formação, mas vai um pouco além, porque ela não só remete a formação pra mim, mas também a discussão de valores, valores éticos, morais... Então isso também me fortalece no momento das minhas aulas, que a gente não somente vai ministrar a disciplina Física, Português, Educação Física, mas tem toda uma discussão, um envolvimento. (SOFIA, 2019).*

As palavras da professora Sofia apresentam evidências de que a educação no contexto prisional também está voltada para a formação mais ampla da aluna(o), para além do ensino de conteúdos específicos das disciplinas, apontam uma concepção de educação marcada pela discussão de valores éticos e morais que, segundo a professora, fortalecem sua atuação em sala de aula. Tais ideais estão em consonância com as considerações de Maciel e Stecanela (2014) ao afirmarem que a docência em ambientes prisionais precisa assumir uma “compreensão alargada de educação” que envolve um olhar de transformação sobre comportamentos e visões de mundo, em superação a instrução monitorada que, historicamente, regula a educação escolar.

Em outros momentos das entrevistas, foram citadas concepções a respeito dos processos de ensino e de aprendizagem, sendo unânime a necessidade de **considerar o contexto e os conhecimentos prévios dos(as) estudantes** nos diálogos ocorridos nos ambientes educativos, como é possível identificar nas seguintes falas:

*Depois que eu tive a oportunidade de alfabetizar no sistema penal eu não pensei duas vezes, eu sempre trabalhei com Paulo Freire, em cima do construtivismo, porque o aluno preso quando você vai alfabetizar e se ele sentiu uma dificuldade, ele bateu naquela barreira ele volta. Eu sempre costumava trabalhar com eles indo buscar lá atrás, o que ele trabalhava, o que ele gostava, quando de repente ele já estava se alfabetizando e gostando, e eu alfabetizei muito ladrão. (LAURA, 2019).*

*Eu tento utilizar o uso de temas, pego Paulo Freire e misturo com sócio científico da Física, trago temas e em cima desses temas e desse contexto eu ensino os conceitos, é até mais interessante pra eles entenderem, porque imagina a Física? Eu tenho alunos que estão a mais de trinta anos sem estudar, senhores, senhoras... Aí tu chega e vai dar aula de Física com um monte de fórmulas, de conceitos de Matemática? A gente tem que encontrar um meio de tentar passar esse conteúdo, eu me preocupo com esse aprendizado, porque não adianta o aluno vim estudar a minha matéria terminar o conteúdo e não conseguir aprender nada. (SOFIA, 2019).*



A consideração dos conhecimentos prévios dos estudantes foi uma das questões frequentemente reiterada pelos sujeitos entrevistados, é algo essencial a utilização de abordagens e estratégias de ensino que instiguem e provoquem a reflexão dos educandos frente à construção do conhecimento, reconhecendo-os como sujeitos do seu processo de aprendizagem. Nos trechos dos depoimentos acima, nota-se que ambas as professoras citaram Paulo Freire, autor que defende que o trabalho docente deve ter como referência o respeito ao contexto do aluno, para ele o(a) docente deve enxergar a relação construída no dia-a-dia como um caminho para intervir na realidade apresentada, e a investigação dessa realidade é a única forma de ter acesso à maneira como os educandos pensam e aprendem, a partir dessas informações o professor deve ligar o conhecimento novo ao que os alunos já sabem (FREIRE, 1997).

Outro fator revelado durante as entrevistas corresponde a **princípios** destacados pelos professores como fundamentais para trabalhar com o ensino em prisões, a exemplo da **ética profissional**. Os professores evidenciaram que quando ensinam para alunos restritos/privados de liberdade não possuem interesse em saber qual o delito cometido, conforme podemos identificar nas falas dos professores Fábio e João, respectivamente:

*Quando eu entro pra ministrar as aulas eu não procuro saber qual foi o crime do aluno e não vou procurar porque isso não me cabe, o meu papel ali é como professor, ajudar na educação, na formação, então o artigo no qual ele foi enquadrado não me importa, não me interessa. (FÁBIO, 2019).*

*Na educação prisional é o mesmo princípio, aqui nós atendemos alunos, ministramos aulas para alunos, a gente não tem essa visão que a sociedade tem sobre estereotipar. (JOÃO, 2019).*

O motivo pelo qual seus alunos se encontram na prisão não se constitui como um fator relevante, uma vez que, mesmo trabalhando no ambiente prisional a posição assumida por eles ainda é de professor e os alunos mesmo na condição de restrição/privação de sua liberdade, ainda são alunos, uma coisa não anula a outra. As declarações dos professores estão em conformidade com as considerações de Mayer (2013, p.48) ao afirmar que “os detentos não são meus amigos, mas não é necessário ser meu amigo para que eu reconheça, a cada um, seus direitos”, não se trata de negar os problemas do passado, mas fazê-los enxergar além dos erros, mostrar que são capazes de planejar um novo futuro.

Durante a entrevista, os professores fizeram reflexões sobre as trajetórias profissionais no contexto da educação prisional, tais pontuações serviram de inspiração para a identificação de

**valores** profissionais/pessoais construídos a partir das experiências vivenciadas nesses espaços. Percorrendo o terreno referente aos valores, as professoras Laura e Sofia narraram momentos de tensão em que estiveram presentes durante rebeliões que ocorreram nos presídios:

*Teve um motim no pavilhão 5, começou o tiro, o corre corre e os agentes prisionais foram embora e eu fiquei trancada na sala de aula, eu pensei: “Senhor, perdoa meus pecados, cuida dos meus filhos” Aí veio um aluno e disse: “Professora, a senhora fica abaixada de baixo da mesa que ninguém toca num fio de cabelo da senhora” E os caras passavam e perguntavam: “Cadê a professora? Cadê a professora?” Porque professor tem mais valor do que o agente prisional, e eles responderam: “Ah, a professora foi a primeira que correu, a professora já deve tá na casa dela” E eu lá, escondida, ouvindo tudo. (LAURA, 2019)...*

*Os rebelados que estavam em fuga invadiram a sala de aula que eu estava (...) os alunos fizeram um cordão de isolamento ao meu redor dizendo pra ninguém tocar em mim, Nesse momento que eles invadiram a sala um aluno chamado Reinaldo, ele virou pra mim e eu tava sentada de cabeça pra baixo e os meninos ao redor de mim, ele perguntou: “Professora a senhora confia em mim? Eu vou tirar a senhora daqui agora” E eu levantei o rosto e respondi pra ele que confiava, ele pegou na minha mão forte, eu me levantei em direção a porta, na hora que a gente estava saindo nessa porta tava tendo troca de tiro no corredor, parecia o filme do matrix, eu vendo as balas correndo na minha frente. (...) Foi nessa hora que me pegaram de fato como refém, dois internos que não eram alunos e estavam atrás de mim passaram a mão no meu pescoço, um com “estoque” e o outro só com o braço mesmo (...) O Leandro foi um dos meus heróis, junto com o Reinaldo, foi ele que com calma, com paciência, com sabedoria, foi pedindo pra pessoa que estava com o “estoque” no meu pescoço que fosse tirando aos poucos, ele dizia: “Deixa ela, ela não tem nada a ver com isso”, mas sempre tem um que é mais alterado que dizia: “Não, deixa ela aí, ela é nossa proteção, a polícia vai matar a gente, segura ela!”, e o Leandro foi conseguindo tirar a mão de um, tirou a mão de outro, até que eu fui conseguindo me escorregar devagar e consegui sair pela porta. (SOFIA, 2019).*

Os depoimentos das professoras possibilitam um olhar mais detalhado a respeito das situações de inquietações que ocorrem no interior dos presídios, é possível observar a relação de **confiança e respeito** estabelecida entre as professoras e os alunos durante esses momentos que normalmente são marcados por comportamentos de indisciplina e revolta. Na prisão, as pessoas encaram processos de admissão e testes de obediência ligados a questões de sobrevivência, as rebeliões representam uma das formas de reivindicação que surgem diante das imposições de condições adversas frequentemente empregadas no sistema penitenciário, por isso esse ato de insubordinação significa também um embate político e ideológico, mesmo que os apenados não tenham muita consciência a respeito dessas questões (PEREIRA, 2011; ONOFRE, 2012)



Apesar das narrativas das professoras sobre as rebeliões que presenciaram revelarem momentos de apreensão, depois do compartilhamento de suas histórias, elas expressaram algumas reflexões a respeito dessas experiências, conforme podemos perceber na fala da professora Sofia:

*Eu acho que esse acontecimento foi determinante na minha vida, como professora, como profissional, como mãe, como filha, como mulher, eu acho que naquele momento eu decidi na minha vida que eu queria ficar naquilo pra sempre, que era aquilo que eu queria pesquisar, que é pra essas pessoas que eu vou estudar, me preparar, levar o melhor de mim, pra levar evolução, levar conhecimento, enfim... levar a liberdade. (SOFIA, 2019).*

Ainda que os professores convivam com atmosferas de medos, apreensões e hostilidades, situações, em geral, ligadas ao mundo do crime e ao cotidiano dos locais de moradia e vivências que as pessoas já trazem incorporadas em seus modos de vida, eles continuam apostando na capacidade de transformação do ser humano por meio da educação, e isso não os deixa inumes, assépticos. Pressupõe sim o alargamento das aprendizagens, marcando suas expressões objetivas e subjetivas, aguçando sua sensibilidade, sua percepção e entendimento do mundo, das pessoas e das relações, algo que vai muito além dos conhecimentos sistematizados aprendidos na universidade, nos textos, nas modelizações teóricas e epistemológicas. Se trata de um compromisso ontológico com o ser humano, que envolve pressupostos, valores, respeito às diversidades, inclusão social, justiça, liberdade, direitos, deveres e entrega às causas dos mais fracos que muitas vezes, por falta de esclarecimento, se submetem a inúmeras explorações (FREIRE, 1997; NÓVOA, 2009).

## 5 Práticas docentes situadas no contexto da educação prisional

Nesta categoria analítica convergem ideias dos sujeitos participantes da entrevista que envolvem práticas ligadas ao trabalho de professores nas escolas situadas em espaços prisionais, para explicar a definição de **prática**. Um dos aspectos reiterados pelos professores está relacionado a **ausência de uma metodologia específica** voltada para a educação em prisões, a fala a seguir representa essa ideia:

*Nós não temos uma metodologia específica aqui dentro (...) Quando a gente fez a seleção pra entrar no convênio, pelo menos eu não participei de nenhuma formação nesse sentido, teve uma formação inicial pra quem entrou na primeira levada de professores que foi uma formação mais intensa e aí talvez eles tenham discutido isso, mas nós não tivemos. (SOFLA, 2019)*

As palavras da professora Sofia revelam um dos dilemas mais importantes enfrentados pelos professores da educação prisional: a carência de formação específica para ensinar nesse contexto. Apesar das Diretrizes Nacionais, em seu Art. 11, determinarem: “Educadores, gestores e técnicos que atuam nos estabelecimentos penais deverão ter acesso a programas de formação inicial e continuada que levem em consideração as especificidades da política de execução penal”, os depoimentos dos professores entrevistados indicam que a ação docente na educação prisional continua sendo um desafio, construída principalmente por um viés empírico, em que a responsabilidade pela oferta de um ensino de qualidade é exigência apenas para os docentes, essa é uma das problemáticas que persistem tanto na EJA quanto na EJA em prisões. (MACIEL, STECANELA, 2013; IRELAND, 2011)

Isto posto, algumas atitudes relacionadas à utilização de **estratégias metodológicas diferenciadas** foram levantadas pelos professores:

*Na minha dissertação eu pesquisei qual o posicionamento dos estudantes privados de liberdade em relação à construção da Hidrelétrica de Belo Monte, e a gente estudou isso porque estávamos falando de energia, conceito de energia, transformação de energia e eu acabei pegando o tema pra discutir a produção de energia elétrica nas hidroelétricas. E porque não falar de Belo Monte? Falar da Amazônia? Eu levei textos, vídeos e documentários, o relato de experiências dos índios, das pessoas que moram em Altamira, foi muito produtivo esse momento, foi muito participativo, quando tu colocas uma discussão em cima de uma realidade que é tua, fica mais fácil de tu falar, eles se posicionaram tanto na fala quanto nos textos. (SOFIA, 2019)*

Tendo em vista que o perfil que a sociedade civil atribui à população carcerária é de violência e marginalização, a educação na prisão precisa estar atenta às suas finalidades. Conforme reitera Julião (2010) as práticas educativas nas prisões devem ser diferentes das que são trabalhadas na escola regular, pois devem caminhar no sentido de desenvolver aprendizagens cognitivas, mas principalmente sociais, que visam à emancipação da pessoa presa, firmadas em uma educação que crie condições para a auto compreensão, a autoaceitação e a (re)construção da identidade do(a) aluno(a) preso(a) enquanto indivíduo social.

Nessa perspectiva, a professora Ester mencionou o desenvolvimento de um **projeto** chamado “A leitura que liberta” que está vinculado a portaria nº 27620/2012 que dispõe sobre a Remissão de Pena por meio da Leitura:

*O aluno recebe uma obra e no final de trinta dias ele precisa construir um relatório de leitura ou uma resenha, o relatório de leitura são para aqueles que têm até o ensino médio e a resenha são para aqueles que já possuem o ensino superior. Nós trabalhamos com uma metodologia chamada sequência didática, nós adotamos essa metodologia por considerarmos que é uma metodologia ativa de aprendizagem, que considera que a opinião do aluno também é importante, que ele constrói o conhecimento junto com a gente. (ESTER, 2019)*

Além disso, a professora relatou práticas relacionadas ao campo da arte como: escrita de poesias, apresentações de dança e teatro, conforme podemos observar no trecho a seguir:

*Nós fizemos a leitura de um texto coletivo, aí a partir da leitura desse texto coletivo houve a ideia de transformarmos em uma peça teatral de uma obra chamada “Bolsa Amarela” (...) A diretora da casa gostou muito da apresentação delas e propôs a adaptação da história contada no livro pra realidade delas e aí então nós abraçamos essa ideia (...) E nós conseguimos construir uma peça chamada “Encontros, desencontros e peripécias: uma releitura da obra A Bolsa Amarela de Lygia Bojunga”, esses encontros, desencontros e peripécias nada mais é do que o relato das histórias de vida delas, em que elas entram no palco com as malas e dentro delas estão as histórias de vida que elas vão contando, histórias de vida mais marcantes, foi muito interessante, nós fizemos a apresentação na escola Salesiano do Trabalho e temos intenção de fazer novamente outras apresentações. (ESTER, 2018, 04)*

As falas da professora Ester trazem exemplos de **ações educativas** aplicadas no contexto prisional que, dentre outros objetivos, pretendem ressignificar o olhar de alunos e alunas em relação ao tempo de cumprimento de sua pena, oferecendo diferentes atividades que possibilitam experiências que os façam enxergar além dos curtos espaços em que estão confinados, permitindo com isso o vislumbamento de horizontes mais amplos e caminhos plausíveis e possíveis. O professor jamais pode considerar a prisão como ponto de partida para o ensino, antes mesmo de adentrarem nos presídios a maior parte dos detentos tiveram que aprender a sobreviver em condições difíceis, convivendo com a miséria, em lares desestruturados com pais ausentes e com uma infância cercada por violência e sem nenhuma demonstração de afeto (MAEYER, 2013; PEREIRA, 2011).

Conforme considera Onofre (2009) o trabalho pedagógico baseado nas histórias de vida e nos saberes que os alunos trazem são significativos na EJA em prisões, mesmo que suas memórias estejam impregnadas de vivências negativas, pois a análise crítica desses acontecimentos possibilita a reflexão sobre passado-presente e promovem expectativas sobre o futuro, oferece a oportunidade dos detentos se enxergarem além dos rótulos e constatarem que os delitos que cometeram fazem parte de sua história de vida, mas não definem quem são hoje e o que podem ser daqui pra frente, dar voz a essas pessoas, que por tantas vezes foram silenciadas pelo sistema prisional, é resgatar sua cidadania e dignidade.

## 6 Aproximações conclusivas

O panorama apresentado a partir das questões mencionadas durante as narrações dos professores a respeito de concepções, princípios e valores no âmbito da Educação Prisional, permite entender a prisão enquanto um espaço de possibilidades para a construção de pensamentos e ideias e práticas ligadas a identidade profissional e pessoal de educadores, além disso, a relação professor-aluno é concebida como um fator de motivação, tanto para os professores quanto para os alunos presos. A prisão também é um ambiente que possibilita a (des)construção de preconceitos e estereótipos que são reproduzidos socialmente que, direta ou indiretamente, influenciam nossa compreensão sobre determinadas questões que não conhecemos a fundo.

A educação, seja ela no âmbito prisional ou não, é um caminho que possibilita a compreensão da vida. Dessa forma, ao pensarmos na educação em prisões é preciso considerar sua contribuição na vida das pessoas presas e entender que a aprendizagem por meio da participação e da convivência gera o desenvolvimento e a valorização não somente dos alunos presos, mas também dos professores. Ser professor no ambiente prisional é desafiador na medida em que é preciso, antes de tudo, acreditar e lutar pela educação como um direito de todos e reconhecer que a reintegração social dessas pessoas não é possível quando dissociada de um processo tem como horizonte a formação de sujeitos. Sujeitos de direitos. Indivíduos com potencial de se transformarem.

## Referências

BRASIL. **Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984**. Institui a Lei de Execução Penal. Diário Oficial da União, Brasília, 13 jul. 1984. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7210.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210.htm)>. Acesso em: 10 de abril de 2019.

BRASIL, Departamento Penitenciário Nacional. **Portaria Conjunta nº 276, de 20 de junho de 2012**. Disponível em:

<[http://www.cjf.jus.br/cjf/documentos/portaria\\_remissaopelaleitura.pdf/view](http://www.cjf.jus.br/cjf/documentos/portaria_remissaopelaleitura.pdf/view)>. Acesso em: 30 de julho de 2019.

FLICK, Uwe. **Qualidade na pesquisa qualitativa**: coleção pesquisa qualitativa. Bookman Editora, 2009

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não**: cartas a quem ousa ensinar. Editora Olho D'Água, São Paulo - SP, 1997. Disponível em: <https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/11/Paulo-Freire-Professora-sim-tia-n%C3%A3o-Cartas-a-quem-ousa-ensinar.pdf>. Acesso em: 13 de novembro de 2019.

IRELAND, Thimoti. (Org). Educação em prisões no Brasil: direito, contradições e desafios. **Em Aberto**, Brasília, v. 24, n. 86, p. 19-39, 2011. Disponível em:

<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/2313/2276>. Acesso em: 08 de setembro de 2019.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. Uma visão socioeducativa da educação como programa de reinserção social na política de execução penal. **Repositório UFSJ**, p. 01-18, 2010. Disponível em: <[https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/vertentes/Vertentes\\_35/elionaldo.pdf](https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/vertentes/Vertentes_35/elionaldo.pdf)>. Acesso em: 07 de junho 2019.

MACIEL, Andreazza; STECANELA, Nilda. As pluralidades na constituição da docência nas prisões. **Ler e Escrever**, Caxias do Sul - RS, p. 385, 2014. Disponível em: <[https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/ler\\_escrever\\_o\\_mundo\\_EJA.pdf](https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/ler_escrever_o_mundo_EJA.pdf)>. Acesso em: 10 de setembro de 2019.

MAEYER, Marc de. A educação na prisão não é uma mera atividade. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 33-49, 2013. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/edreal/v38n1/04.pdf>>. Acesso em: 28 de agosto de 2019.

MUÑOZ, Vernor. O direito à educação das pessoas privadas de liberdade. **Em Aberto**, Brasília, v. 24, n. 86, p. 57-74, 2011. Disponível em: <

<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/2315/2278>>. Acesso em: 12 de outubro de 2019.

NÓVOA, António. **Professores**: imagens do futuro presente. Lisboa: Educa, 2009. Disponível em: <https://rosaurasoligo.files.wordpress.com/2017/04/antc3b3nio-nc3b3voa-professores-imagens-do-futuro-presente.pdf>>. Acesso em: 14 de novembro de 2019.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. Educação escolar na prisão na visão dos professores: um hiato entre o proposto e o vivido. **Reflexão e Ação**, v. 17, n. 1, p. 227-244, 2009. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/836/640>>. Acesso em: 18 de setembro de 2019.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. A leitura e a escrita como possibilidade de resgate da cidadania de jovens e adultos em privação de liberdade. **Revista Educação e Linguagens**, Campo Mourão, v. 1, n. 1, 2012. Disponível em: <http://www.fecilcam.br/revista/index.php/educacaoelinguagens/article/viewFile/609/344>. Acesso em: 12 de outubro de 2019.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. A prisão: instituição educativa?. **Cadernos Cedes**, v. 36, n. 98, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v36n98/1678-7110-ccedes-36-98-00043.pdf>>. Acesso em: 12 de outubro de 2019.

PARÁ, **Convênio nº 603/2006**. Secretaria de Estado de Educação – SEDUC e Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará – SUSIPE.

PARÁ, **Resolução nº 4572 de 23 de setembro de 2014**. Aprova o Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos para Privados de Liberdade. Belém: UFPA, 2014.

PEREIRA, Antônio. A educação-pedagogia no cárcere, no contexto da pedagogia social: definições conceituais e epistemológicas. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, v. 10, p. 38-55, 2011. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/20214/1079>>. Acesso em: 13 de dezembro de 2019.

Recebido em: 29 fev. 2020 / Aprovado em: 28 abr. 2020

### Cite como (ABNT NBR 6023:2018)

ALMEIDA, Amanda Oliveira de; SOUZA, Orlando Nobre Bezerra de. Percepções (Auto)Formativas de Docentes na Educação em Prisões: caminhos para uma educação libertadora. *Dialogia*, São Paulo, n. 34, p. 219-232, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/Dialogia.N34.16718>.

